

DICIONÁRIO DE LÍNGUA DE SINAIS COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Sédina dos Santos Jales Ferreira ¹
José Arnor de Lima Júnior ²
Indira Simionatto Stedile Assis Moura ³
Cristiane Araújo de Britto ⁴
Dayana Priscila da Silva ⁵

RESUMO

O dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais – Libras criado por Fernando César Capovilla representa uma inovação no contexto das comunidades surdas brasileiras. Isso se dá, fundamentalmente, porque inaugurou uma forma institucionalizada de uma língua deveras utilizada no contexto nacional. Apesar disso, constitui a única iniciativa nesse âmbito, tendo sua primeira publicação datada de 1994 — em contrapartida, os dicionários da língua ouvinte majoritária no cenário nacional, o português, apresentam variadas apresentações, muitas das quais divergem entre si acerca do léxico existente. A considerar essas especificidades, esta investigação tem por fito compreender as possibilidades didático-pedagógicas em torno do referido dicionário. Para tanto, realizou-se uma pesquisa semiestruturada com pesquisadores da área, intentando perceber quais os usos atrelados à ferramenta, qual a recepção por parte da comunidade surda e as dificuldades encontradas para uma maior disseminação da Libras. Com relação à perspectiva teórica adotada, este estudo ancora-se nos pressupostos dos Estudos Surdos e dos Estudos Bakhtinianos. Ao que se pôde perceber do trabalho empreendido, o dicionário de Libras de Fernando Capovilla é bem aceito entre os pares no meio acadêmico-científico. Tal fato se dá por ser fruto de uma pesquisa consistente e aprofundada. Os usos, manifestados nas conversações espontâneas, encontram espaço tanto na esfera formal quanto na informal. Além disso, há uma importante associação entre o vocábulo e a sua utilização (parâmetros linguísticos como configuração de mão, movimento de mão e orientação da palma da mão). Decerto, explicitam a necessidade de corroborar certas premissas já consolidadas, com a padronização dos aspectos fonético-fonológicos. No entanto, a comunidade denota a ausência de regionalismos e mesmo de estrangeirismos já consolidados. Nesse sentido, a demarcação identitária — notada na mudança do léxico e na repulsa a empréstimos linguísticos advindos da língua hegemônica — alcança repercussão e solicita mudanças estruturais em sua composição.

Palavras-chave: Dicionário, Identidade, Estudos Surdos, Língua de Sinais, Capovilla.

INTRODUÇÃO

¹ Mestra em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, libras.sedinajales@gmail.com;

² Mestre em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, josearnor.lima@ufpe.br;

³ Doutoranda em Linguística da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, indirastedile@gmail.com;

⁴ Especialista em Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, magakika@gmail.com;

⁵ Especialista em Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, daypary4@gmail.com;



A emergência de dispositivos linguísticos para comunidades minoritárias, como o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais (Libras), concebido por Fernando César Capovilla, representa um marco fundamental no cenário sociolinguístico nacional. Historicamente, a Língua Brasileira de Sinais enfrentou um longo processo de marginalização e negação de seu status como um sistema linguístico completo, sendo frequentemente reduzida a um mero conjunto de gestos ou mímicas. A publicação deste dicionário inaugurou, portanto, uma forma institucionalizada e legítima de reconhecimento de uma língua largamente utilizada no contexto brasileiro, sendo um ato de afirmação epistemológica para a comunidade surda.

Apesar disso, a relevância dessa iniciativa é ofuscada por uma constatação crítica: o dicionário de Capovilla, cuja primeira edição remonta a 1994, permanece como a única iniciativa de caráter enciclopédico nesse âmbito. Essa singularidade contrasta drasticamente com a realidade da língua majoritária no Brasil, o Português, cujos dicionários proliferam em múltiplas apresentações e perspectivas, muitas vezes divergindo em relação ao léxico existente e às suas nuances. Essa lacuna na dicionarização da Libras reflete a persistente desigualdade de poder e a invisibilidade estrutural que a língua de sinais ainda enfrenta no ecossistema educacional e cultural.

Diante dessas especificidades e da complexidade que envolve a fixação e o registro de uma língua visual-espacial, esta investigação tem por objetivo primordial compreender as possibilidades didático-pedagógicas em torno do referido dicionário. O estudo visa transcender a análise lexicográfica para explorar como essa ferramenta, em sua unicidade, pode ser potencializada em sala de aula para o ensino da Libras como L2 (Segunda Língua) e para o fortalecimento da identidade linguística dos sujeitos surdos e ouvintes. A escassez de recursos didáticos robustos faz com que o dicionário se torne um ponto focal para a renovação das práticas de letramento visual-espacial, justificando a urgência de uma análise aprofundada de seu papel na práxis pedagógica.

METODOLOGIA

Levando em consideração a natureza da produção em Línguas de Sinais, esta investigação emprega a Linguística Aplicada como instrumento metodológico, com vistas a desvendar a complexa relação entre linguagem, identidade e cultura surda. Tal campo



de estudos, conhecido por congregar diferentes literaturas, mostra-se necessário para a reestruturação da produção de conhecimento (Kleiman, 2004). No propósito de questionar as estruturas de poder cristalizadas e desvelar estruturas de dominação e resistência, a escolha metodológica faz-se acertada, posto que problematiza a construção epistemológica do saber na contemporaneidade (Moita Lopes, 2006).

A pesquisa adotou uma abordagem de natureza qualitativa e interpretativista. Este paradigma é o mais adequado para analisar fenômenos que envolvem subjetividade, significado e a construção social da linguagem. A pesquisa empírica foi contextualizada na cidade de Recife, Pernambuco, especificamente em instituições ligadas à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e à comunidade surda local. Para a construção dos dados, o instrumento primário foi a entrevista semiestruturada, realizada com pesquisadores e especialistas da área de Estudos Surdos e Linguística Aplicada.

O *corpus* de análise foi construído para capturar a diversidade de perspectivas sobre o Dicionário, tentando perceber quais os usos didático-pedagógicos e as estratégias de ensino atrelados à ferramenta, qual a recepção por parte da comunidade surda e de docentes de Libras (L1 e L2), e as dificuldades e os entraves encontrados para uma maior disseminação e utilização institucionalizada da Libras (Perlin, 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

O alicerce teórico para a análise da relevância e do potencial didático-pedagógico do Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Libras articula-se na confluência da Linguística Aplicada (LA) com os Estudos Surdos e a Sociologia da Cultura. Tal abordagem se justifica no intento de desvelar as implicações da fixação lexicográfica de uma língua de modalidade visual-espacial no contexto brasileiro.

A escolha pela Linguística Aplicada (LA), conforme postulada por Moita Lopes (2006), justifica-se por seu viés crítico e socialmente engajado, que transcende a análise meramente estrutural da língua. A LA busca questionar as estruturas de poder e as dinâmicas de dominação/resistência, o que é fundamental em um estudo sobre a marginalização histórica de uma língua minoritária. O dicionário, neste prisma, não é apenas um compêndio de sinais, mas um ato político que força o reconhecimento institucional da Libras, atuando na reestruturação da produção de conhecimento (Kleiman, 2004) e na legitimação epistemológica de sua gramática visual-espacial.



O pilar dos Estudos Surdos é essencial, fornecendo a lente para analisar a Libras fora do modelo clínico-patológico. Pesquisadores como Gladis Perlin (2013) e Ronice Müller de Quadros (2019) enfatizam que a surdez é uma experiência cultural e linguística. A institucionalização do léxico da Libras pelo dicionário de Capovilla (2001) apoia essa premissa. Contudo, essa fixação lexicográfica é complexa. Teóricos como Paddy Ladd (2003), em suas reflexões sobre a Deafhood, argumentam que a verdadeira validação da Libras reside na sua vivência cultural e comunitária, e o reconhecimento oficial pode, paradoxalmente, tentar "congelar" ou impor um dialeto padrão, contrariando a natureza orgânica da língua.

A discussão ganha densidade com a análise da Cultura Surda, que Strobel (2008) define como a cosmovisão construída a partir da primazia da experiência visual. O dicionário, em sua função pedagógica, torna-se um instrumento que mediatiza essa cultura. Sua importância didático-pedagógica é inegável, especialmente por ser, em sua essência, uma ferramenta visual que apoia o letramento e a aquisição da Libras (Capovilla, 2001) e contribui para a formação de conceitos e para a autonomia intelectual do sujeito surdo. A sua singularidade, como única obra enciclopédica no Brasil, reflete a persistente desigualdade de poder e a invisibilidade estrutural que a Libras ainda enfrenta, um problema que Stuart Hall (2003) analisaria como a dificuldade de uma identidade minoritária em obter representação e proliferação discursiva na esfera hegemônica.

Sob esse aspecto, Foucault (1987), em suas análises sobre a relação entre saber e poder, oferece um arcabouço para desvelar o dicionário como um dispositivo de ordenamento e normalização. O ato de dicionarizar uma língua minoritária, embora seja um ganho de status, insere essa língua em uma matriz de saber. Foucault (1987) permite a interpretação de que o dicionário, ao fixar o léxico e, por consequência, a gramática e os usos socialmente considerados corretos, exerce uma forma de poder disciplinar sobre a Libras. Cria-se um campo de "verdade" linguística que pode, inadvertidamente, marginalizar a variação regional, os neologismos espontâneos e as formas dialetais que emergem da própria comunidade. A unicidade da obra de Capovilla (2001) é, neste sentido, uma faca de dois gumes: é a fonte da autoridade, mas também o ponto singular de onde emanam as regras, submetendo a Libras a um regime de verdade construído.

A perspectiva pós-colonial de Bhabha (1998) permite analisar o dicionário na fronteira entre culturas e línguas. A Libras existe em um espaço de hibridismo e ambivalência nação. O dicionário, ao traduzir e equiparar a Libras ao Português (e ao Inglês), atua na terceira margem da enunciação. Bhabha (1998) questiona como a



representação oficial (o dicionário) é capaz de capturar a essência da cultura surda sem cair na armadilha da mimese do modelo linguístico dominante. A dicionarização, embora visando a autonomia, opera sob a sombra do discurso hegemônico do Português. O trabalho de Capovilla (2001), ao fornecer essa ponte trilingue, é vital para o reconhecimento, mas também tensiona a pureza e a independência da Libras em relação à língua do colonizador linguístico (o ouvinte).

Por fim, a teoria da modernidade líquida de Zygmunt Bauman (2001) complementa a discussão ao analisar a efemeridade e a fluidez das construções sociais na contemporaneidade. A Libras, como uma língua visual-espacial, é inerentemente fluida e orgânica, evoluindo rapidamente com a tecnologia e a interação social (Strobel, 2008; Perlin, 2013). O dicionário, como um objeto impresso e fixo, choca-se com a natureza líquida da comunicação atual. A resistência de alguns grupos em aceitar novos sinais (Ladd, 2003) pode ser vista como a tentativa de fixar uma identidade sólida em um mundo líquido. O estudo do dicionário, portanto, deve considerar essa tensão: o esforço de solidificação (o léxico impresso) versus a realidade da fluidez e da constante renegociação de significados na comunidade surda (Hall, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação empreendida revela um consenso no meio acadêmico-científico quanto à alta aceitação do Dicionário de Libras de Fernando Capovilla, majoritariamente reconhecido como fruto de pesquisa consistente e aprofundada. Tal valoração axiológica é relevante, pois confere legitimidade institucional a um campo de saber historicamente marginalizado, a Língua Brasileira de Sinais. A aceitação e o uso generalizado desta obra estabelecem-na, na prática, como o cânone lexicográfico da Libras no Brasil. Sua presença robusta em universidades, cursos de formação de professores e contextos de tradução e interpretação demonstra seu papel insubstituível na consolidação da Libras como um código social convencionado o qual se constitui com os mesmos parâmetros da línguas orais-auditivas, com seu léxico transitando fluidamente entre esferas formais e informais de comunicação.

No entanto, a análise desvela uma profunda tensão dialética no uso e na recepção da obra. Por um lado, o dicionário é altamente valorizado por sua capacidade de padronizar aspectos fonético-fonológicos e de explicitar a associação direta entre o vocábulo e seus parâmetros linguísticos – como configuração de mão, movimento, ponto



de articulação e orientação da palma. Acerca dessa metodologia rigorosa, ela é vista como necessária à formação de novos docentes e intérpretes, pois fornece as ferramentas analíticas para a descrição precisa e sistemática dos sinais. A padronização, neste sentido, é uma exigência da própria institucionalização da Libras, necessária para garantir a inteligibilidade e a uniformidade em documentos oficiais e na legislação.

Em contrapartida, emergem críticas substanciais da comunidade surda e de pesquisadores mais engajados nos Estudos Surdos e Culturais, que notam a ausência de elementos vitais para a identidade linguística. No que concerne a essa crítica, ela está centrada no caráter prescritivo ou excessivamente normativo da obra. Ao buscar a fixação de um léxico estável e formal, o dicionário parece negligenciar a natureza orgânica e fluida da comunicação diária. A consequência percebida é um distanciamento entre a Libras codificada no livro e a Libras viva, utilizada nas interações cotidianas e nas comunidades.

A demarcação identitária, central nos Estudos Surdos, alcança grande repercussão no debate sobre a obra. O dicionário denota uma notável lacuna na inclusão de regionalismos, variações diatópicas e, principalmente, de estrangeirismos já consolidados na Libras cotidiana. Essa omissão é percebida como um reflexo de uma tentativa de fixação do léxico que, ironicamente, compromete a diversidade e a vitalidade da língua. Tal lacuna, por sua vez, manifesta a repulsa da comunidade a empréstimos linguísticos advindos da língua hegemônica (o português), defendendo-se a autonomia lexical da Libras.

Os entrevistados frequentemente questionam essa rigidez, defendendo que a identidade da Libras reside em sua capacidade inerente de absorver e, sobretudo, de criar neologismos visuais em resposta a novas realidades sociais, tecnológicas e culturais. Como um dos entrevistados afirmou de maneira pungente: "A gente usa esses sinais na rua todo dia, mas o dicionário não registra. Parece que a nossa Libras viva não vale". Nessa ótica, a voz social não é apenas uma queixa técnica, mas uma exigência política e cultural. Ela demanda mudanças estruturais na composição da obra, para que o dicionário se torne um espelho mais fiel da heteroglossia e da riqueza axiológica que constitui a Libras como um campo de resistência cultural, reconhecendo o direito da comunidade surda de ser a principal autoridade sobre seu próprio patrimônio linguístico.

Tal conjuntura de crítica à rigidez e à exclusão ecoa diretamente nas estruturas de poder subjacentes à produção do conhecimento linguístico. O ato de catalogar e dicionarizar, mesmo que academicamente rigoroso, manifesta um jogo de poderes de



natureza foucaultiana, onde o saber (a ciência lexicográfica) é inseparável do poder (a capacidade de definir o que é válido ou oficial na língua). O dicionário, ao estabelecer um corpo lexical, não apenas descreve, mas também normaliza, instituindo uma hierarquia entre os sinais. O que é registrado adquire um status de verdade e legitimidade, enquanto o que é omitido – o regionalismo, a gíria, o neologismo criado na periferia social – é relegado ao estatuto de variação inferior ou não-oficial.

Nessa perspectiva apresentada, a hierarquização se torna particularmente visível na forma como alguns sinais, frequentemente mais elaborados ou advindos de contextos educacionais formais, parecem ser revestidos de uma superioridade implícita. Um outro entrevistado, ao discutir o uso de sinais para termos acadêmicos, ilustrou essa dinâmica:

“Tem sinal para ‘Epistemologia’ e ‘Gêneros textuais’ no dicionário, sinais formais, bonitos, que o professor usa. Mas o sinal que a gente inventou para ‘dar um fora’ ou para aquela nova gíria da internet? Isso não entra. Parece que só o que eles querem é o correto, a que vale ponto na universidade, e a Libras que a gente usa para viver e brigar todo dia é só besteira. É um jeito de dizer, sem dizer, que a Libras da rua é pobre, e a Libras do livro, a deles, é a culta”.

Nesta fala, reside um importante tópico. Ao privilegiar a dimensão estrutural e formal da língua (aquela necessária à padronização acadêmica e legal), o dicionário corre o risco de deslegitimar a performance linguística da comunidade surda em sua totalidade. A seleção lexical torna-se, assim, um ato político que reflete as relações assimétricas de poder, onde a perspectiva do pesquisador ouvinte – que busca a normatização para a inclusão – pode inadvertidamente eclipsar a autonomia linguística do falante nativo. Nessa seara, a demanda por inclusão de um léxico mais diversificado e dinâmico não é apenas uma questão de preencher lacunas, mas de contestar o poder de catalogação que define a própria identidade da Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira a problematizar as discussões aqui realizadas, cumpre salientar que um importante tópico constatado ao longo desta investigação é o seguinte: a aceitação e as críticas ao Dicionário de Libras de Fernando Capovilla sintetizam o dilema fundamental da política e da linguística das minorias, qual seja, a complexa conciliação



entre a necessidade de padronização para a legitimação institucional e o reconhecimento da vitalidade e diversidade da língua em seu uso comunitário. O estudo confirma a importância da obra para a formação acadêmica e a formalização da Libras, cumprindo a função de fornecer parâmetros linguísticos considerados necessários nos atuais moldes universitários. No entanto, o debate trazido à tona pela comunidade surda e por pesquisadores engajados revela as tensões do poder de catalogação, evidenciando como a seleção lexical pode se tornar um instrumento de normalização que, ao privilegiar o formal e o acadêmico, marginaliza a rica heteroglossia e a capacidade criativa da Libras viva, regional e socialmente variada, da qual a identidade cultural surda é inseparável.

Para o futuro, a síntese destas descobertas aponta para a urgência de um modelo lexicográfico conciliador, que promova a equidade epistemológica. O caminho adiante reside na colaboração efetiva e no reconhecimento da comunidade surda como a principal autoridade sobre seu léxico. Espera-se que novos projetos acadêmico-científicos, como a constituição de glossários temáticos e regionais, complementem o trabalho canônico, trazendo à tona o vasto e variado léxico existente nas diferentes regionalidades da Língua Brasileira de Sinais.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. São Paulo: Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- KLEIMAN, Angela B. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2004.
- LADD, Paddy. Understanding **Deaf Culture**: In Search of Deafhood. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Linguística Aplicada e vida contemporânea: por que ir além do ensino de línguas?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.



PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 11-38.

QUADROS, Ronice Müller de. Estudos da Surdez: da diferença linguística e cultural para a diferença identitária. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019. p. 11-38.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

